



Fotos de Luiz Abreu

A guerra dos pobres no meio da riqueza

— Antes eu plantava de parceria. Tinha um pedacinho aqui e outro mais adiante. Assim não dava para viver, porque se vem uma seca a gente passa fome. (Luiz Brambila, casado, três filhos, proprietário de cinco hectares na Reserva Indígena de Nonoai).

— Faz cinco meses que nós começamos a movimentar. Primeiro embarcamos a soja. Estudamos bem. Depois convocamos a comunidade e decidimos tirar os colonos. A terra é do índio, nós já esperamos demais e ninguém resolveu o problema. (Um dos líderes dos índios kaingangues de Nonoai).

Estão aí os dois lados da moeda. Os índios kaingangues são proprietários de 15 mil hectares de terras divididos entre os municípios de Nonoai e Planalto, zona do Alto Uruguai, localizada na fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, a 416 quilômetros de Porto Alegre. É uma área predominantemente de colonos minifundiários ou sem terras. A reserva indígena — e mais uma reserva florestal do Estado de 14 mil hectares também tirados dos índios — formam uma oásis dentro de uma região onde a falta de terra é fator de surgimento de favelas em torno das pequenas cidades ou de fuga de agricultores para o oeste de Santa Catarina e até para o Mato Grosso.

O motivo da revolta é simples. Ao longo dos últimos 20 anos, 1.300 famílias de colonos entraram nas terras dos índios, fixaram raízes, montaram escolas e começaram a participar da economia de Nonoai e Planalto. Hoje, 70% da produção de milho comercializada na Cooperativa Sarandi, de Nonoai, é produzida por aqueles que os índios chamam de intrusos — os colonos que vivem em suas terras. A Cooperativa Sarandi inclui, além de Nonoai, mais cinco municípios, tem um total de 6.345 associados e a maioria esmagadora é de minifundiários.

O mesmo ocorre na cooperativa de

Frederico Westphalen, que engloba Planalto e mais nove municípios. Em Frederico Westphalen, a média do tamanho das propriedades dos 2.664 associados da cooperativa é de 11,4 hectares e 84,7% desses colonos são minifundiários. E mais: nesses 10 municípios não existe nenhum latifúndio, como acontece, por exemplo, na chamada região da fronteira do Rio Grande do Sul. Então, uma área superpovoada de gente pobre, famílias numerosas e sem perspectiva de acesso à terra.

— O maior problema que temos não são os atritos com os índios dentro da área. São as favelas de Planalto que estão crescendo a cada dia, porque nós não temos terra para toda essa gente. (Argemiro Ferreira da Silva, primeiro prefeito de Planalto, no período de 1964/69).

É Everaldo Cruz, o ex-vereador do MDB (cassado no início de 77) completa:

— Em Planalto, existem cerca de mil alunos no I Grau e uns 800 no II Grau, todos filhos de minifundiários. O que é que nós vamos fazer com esse pessoal? Em Planalto não temos indústrias, não há terras e os pais não têm condições de manter os estudos dos filhos.

É a melhor terra da região pertencia aos índios. Lá, os colonos não precisam de adubos — que em termos de lavoura pesa no mínimo 30% do custo total da produção — têm terra fértil e perspectiva de prosperidade. Junte-se a isso a politicagem de meia dúzia de vereadores, mais alguns deputados (federal e estaduais) dos dois partidos e teremos explicação para os fatos que antecederam a revolta dos índios no começo deste mês de maio.

— O negócio começou em 1975, quando a Funai prometeu que ia tirar os intrusos da área, deu inclusive um prazo. Em dezembro de 75, os índios foram a Brasília e conseguiram uma promessa por escrito do general Ismarth Oliveira, presidente da Funai só que não tinha um prazo deter-

São 15 mil hectares de terras férteis no centro de uma região de agricultores pobres, com pouca ou nenhuma terra. As terras eram dos índios, até que os brancos mais influentes facilitaram a ocupação progressiva da Reserva pelos colonos brancos. Desde então, Nonoai e Planalto, dois municípios gaúchos, vivem em permanente estado de litígio entre índios e agricultores. Situação curiosa, num estado civilizado, onde os próprios índios já assimilaram quase todos os costumes dos brancos. No começo deste mês de maio, os índios, cansados de ouvir promessas, resolveram expulsar os colonos de suas terras. Acamparam no mato, como em estado de guerra, começaram incendiando as escolas dos brancos e depois intimando-os a abandonar a Reserva. O repórter Najjar Tubino acompanhou, entre índios e colonos, os primeiros quatro dias desta revolta que — como as promessas — parecia sem solução para breve



Os índios saem em grupo para intimidar os colonos a abandonar a Reserva



fotos de luiz abreu

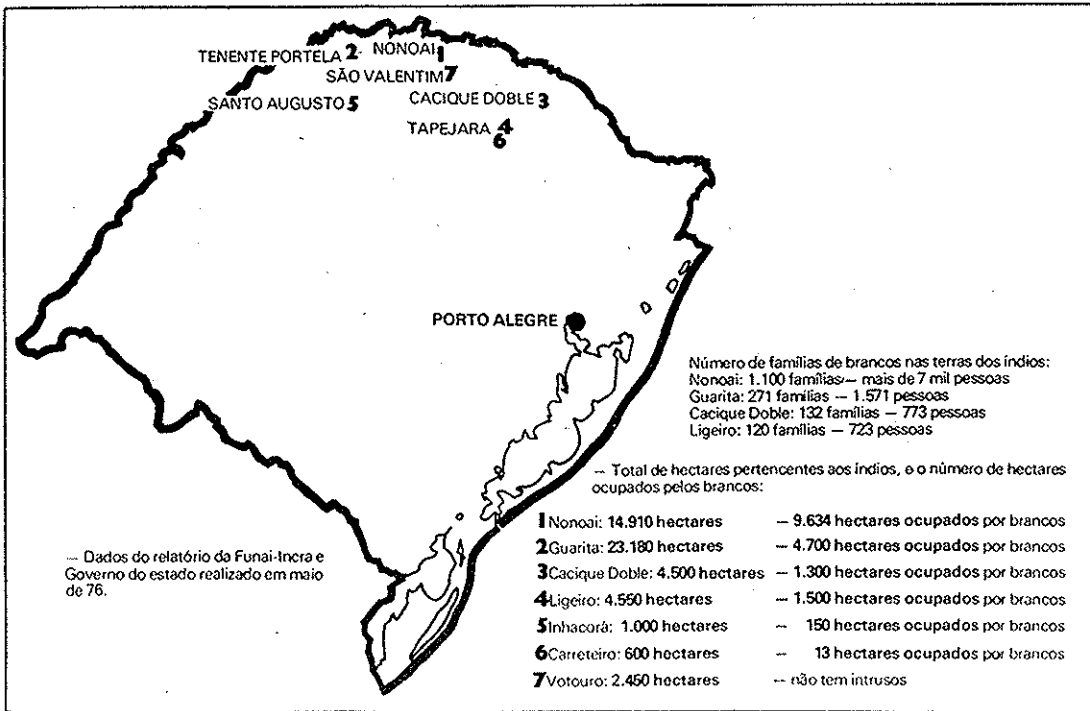
Invasão de uma casa de agricultor



Um dos três porcos "requisitados"



Dorvalino, a mulher e oito dos 13 filhos



minado para a saída dos colonos. No ano passado os índios embargaram a soja produzida na reserva e exigiram a compra de dois tratores e de uma kombi. A Funai deu um trator. Em agosto, quando a Funai começou a plantar, eles (os índios) disseram que o órgão não iria plantar mais e inclusive ameaçaram botar fogo nas máquinas. Mas aí o cacique voltou atrás e o movimento parou. Há questão de dois meses, eles elegeram um novo cacique — Xangrê ou Nelson — e as coisas mudaram. (Depoimento de um dos membros do secretariado nacional do Conselho Indigenista Missionário — Cimi).

A paciência dos kaingangues se esgotou. Na madrugada do dia 4 de maio — primeira quinta-feira do mês — eles incendiaram sete escolas municipais e começaram a tentar resolver por eles mesmos aquilo que as autoridades há mais de 20 anos vêm protelando:

— As 14 horas do dia 04/05/78 compareceu nesta D.P. o Sr. Lídio Della Betta, chefe do posto indígena de Nonoai/RS. Compareceu para comunicar que na área indígena de Nonoai/RS, na madrugada de hoje, foram queimadas três escolas mantidas pela Prefeitura de Nonoai e mais quatro escolas mantidas pela Prefeitura de

Planalto, todas construídas no interior da área indígena para alunos filhos de intrusos da área. OBS.: Comunicamos à Delegacia Regional. (Ocorrência policial registrada na Delegacia de Polícia de Nonoai).

Os boatos começaram a circular pela região: "Os índios querem expulsar os colonos". No outro dia os policiais foram investigar o caso e no caminho encontraram a estrada interditada, com tocos de madeira atravessados e enormes pedras.

— Quando a professora chegou de manhã de Kombi, já tava todo o mundo aqui. Ela viu e começou a chorar. Eu estudava no segundo ano, já sabia ler um pouquinho. Tinha bastante gente estudando, todo o mundo aqui das redondezas. Eram três turmas e deveria ter uns 30 alunos em cada uma. Agora a gente não tem mais aonde estudar. (José Luiz, 14 anos, da Escola Alexandre Norberto Scherer, em Pinhalzinho, município de Planalto).

Na sexta-feira, os kaingangues estão iniciando outra etapa: uma série de visitas aos colonos do Posto das Bananeiras, onde tinham instalado o acampamento dos revoltosos. Estão todos armados de facas, facões, revólveres, pedaços de ferro e porretes de madeira fabricados no mato.

Entre eles existe uma espécie de hierarquia militar, dividida em sargento, capitão, coronel e cacique.

— Já passou o tempo de dizer que o índio não sabe se expressar, que a gente é criancinha. Os índios tão se orientando por si mesmo. Agora nós, índios, kaingangues, temos que sair nos postos para interessar os caciques que ainda não estão entendendo. Criar união para ter força para trabalhar. (Depoimento do cacique Xangrê, divulgado por um boletim do Cimi).

Os colonos falam em resistir às investidas dos índios. No interior da área, perto do posto da Funai, entre inúmeras estradas e picadas que cortam a área, alguns colonos armados conversam. O chefe do posto, Lídio Della Betta, um homem gordo de meia-idade, muito nervoso com os acontecimentos, relatava pelo rádio, no sábado de manhã, a seus superiores. E depois anunciava aos repórteres:

— Para vocês trabalharem na área, terão que pedir permissão da presidência da Funai — do general Ismarth, por escrito ou pelo rádio. A situação está muito tensa. Eu já avisei o delegado em Curitiba — na segunda-feira, ele deverá estar aqui — e o Exército. Por favor, tratem de ir a Chapecó e falem com Brasília. (Chapecó, em Santa Catarina, a 85 quilômetros, é a cidade mais próxima onde existe telefone por DDD).

Do lado de fora do posto, um outro funcionário da Funai, com sotaque de mineiro, ameaçava apreender a máquina de um fotógrafo que registrava a chegada de um pelotão de policiais militares deslocados da cidade de Erechim. Sua missão: tentar acalmar e desarmar os índios.

— A culpada disso é a Funai que deixou entrarem 700 colonos que ganharam contratos de arrendamento e a terra medida. Há colono ali que tem plantação, tem filhos nascidos dentro da área e não vai querer abandonar a terra. Eu estou apreensivo por causa disso. E acho que isto não vai acabar bem. (Do ex-vereador Everaldo Cruz).

Num levantamento feito pela Funai, Incra e Governo do estado, constatou-se que de um total de 1.169 — dados de maio de 1976, quando acabou o levantamento — famílias de colonos, havia 249 que estavam na reserva há mais de 10 anos; 199, haviam entrado num período de seis a 10 anos; e 721 famílias haviam entrado há menos de

10 anos. Como se pode ver, o levantamento foi falho, impreciso, mas constatou que nos dois últimos anos anteriores a 76 tinham chegado 394 famílias para ocupar as terras dos índios. A Funai foi criada em 1969 — substituindo o extinto Serviço de Proteção ao Índio — o Estatuto do Índio data de 1973 e o seu artigo 18 é muito claro: a Funai não pode arrendar terra de índios, em nenhuma hipótese.

— Já faz uns três anos que nós paramos de pagar arrendamento. Quando chegamos aqui, a gente dava 20% da produção. Depois começamos a pagar em prestações. Às vezes precisávamos vender alguns animais para pagar. Eles (da Funai) cobravam duas vezes por ano. (Dorvalino Leandro da Silva, casado, pai de 13 filhos, um minifundiário de 4,84 hectares de terra dentro da Reserva).

No sábado de manhã — dia 6 — os índios invadem as primeiras casas de colonos, nos arredores do Posto das Bananeiras. Numa das casas eles "requisitam" um porco, que é morto a pauladas na frente da mulher do colono e dos filhos pequenos (os homens adultos fugiam para evitar o enfrentamento com os índios). As crianças choram, a mulher desesperada implora para que eles não façam aquilo na frente dela. Depois de algumas pauladas, os índios levam o porco ao acampamento. Cortam em pedaços e fazem a distribuição para os outros postos — um em Portão e outro em Pinhalzinho, onde há uma pequena vila de kaingangues. Na estrada de terra que liga Nonoai a Planalto e que passa por dentro da Reserva, os índios são vistos em grupos. As visitas são feitas por cerca de 40 índios, todos armados, e a requisição dos alimentos é justificada assim:

— Nós estamos fazendo este trabalho e não podemos cuidar de nossas roças agora. Então a gente tem que requisitar a comida dos intrusos, comida que eles tiram das nossas terras.

No início da noite de sábado, alguns colonos começam a abandonar a terra dos índios. As primeiras três famílias saíram completamente perdidas, sem conseguirem entender direito o que estava acontecendo. "O que é isso vizinho?" — perguntava a mulher de João Moisés da Costa aos repórteres que haviam burlado a vigilância da Funai e estavam na Reserva.



João Moisés (em cima do caminhão) abandonando a terra



fotos de Luiz Abreu

A mulher do colono chora com os filhos



Estacas, fogão e um botijão de gás: a sobra da escola em Pinhalzinho



Cercado pelos índios, o agricultor recebe a intimação para sair



Em uniforme de combate à guerrilha, a Polícia Militar chega ao local

— Eu disse para eles se instalarem porque já tinha muita gente aqui e tinha terra para plantar. Eu acho que o Governo deveria dividir essa terra e dar um pedaço aos índios. (Do sogro de João Moisés, encarregado de fazer a mudança durante a noite).

O desespero bate nos colonos. De repente aquela falsa harmonia existente entre eles e os kaingangues desapareceu. Muitos agricultores querem aproveitar a escuridão da noite para abandonar a Reserva. João Moisés é um dos três que saiu, e o único que conseguiu um velho caminhão FNM para levar tudo o que pôde — móveis, alguns implementos agrícolas, vacas leiteiras, bois do arado. Está preocupado:

— Será que posso voltar amanhã para colher o milho? O que eu faço vizinho? Ainda tem um restinho de soja que nós não colhemos. Será o que o Governo não resolve esta situação?

O caminhão estragou os faróis na hora da saída. E João Moisés tentava carregar dois bois no escuro. A mulher, moça nova ainda, andava de um lado para outro na estrada, sempre repetindo: "Mas o que é isso vizinho?". No domingo cedo as coisas pioraram para o lado dos intrusos. Desde

antes das oito, os índios iniciaram as suas visitas. Andaram cerca de 10 quilômetros e intimaram as famílias de 15 agricultores a abandonarem a Reserva antes de terça-feira. Mais dois porcos foram requisitados e houve churrasco no acampamento kaingangue. A cidade de Nonoai — cinco ou seis mil habitantes — está vazia, a Delegacia de Polícia fechada e só no posto de Brigada Militar se nota algum movimento.

— Eu vim de Constantina, já faz uns 10 anos. Naquela época falavam muito nessas terras. Falavam que tinha muita gente plantando. Viemos numa turma grande. Meu pai comprou o direito de arrendamento de um outro colono, o seu Amadeu, por 1.400 cruzeiros. Logo depois a polícia esteve aqui procurando esse seu Amadeu, mas nós continuamos na área. — (Luiz Brambila, casado, pai de um filho).

No domingo de tarde um grupo de brigadianos encontra um grupo de índios perto do Posto das Bananeiras. De fuzis e metralhadoras, fazem o que classificam de "ação de polícia", ou seja, um desarmamento geral. Um dos líderes dos índios contaria depois:

— Quando ele (o militar) encostou o cano da metralhadora em mim e tocou no

meu revólver, eu disse pra ele que saia fogo. Podia ter tomado a metralhadora dele. É que até agora nós não quisemos fazer judiaria. Mas se tiver que fazer, eu sei como é que se faz.

A situação está se tornando mais tensa. Os policiais não esperavam arrecadar tantas armas. Lídio Della Betta está agora mais nervoso e pela terceira vez se encontra com os repórteres: "Eu pediria a vocês que saíssem imediatamente da área. Já avisei que só com autorização do general Ismarth, vocês poderão trabalhar aqui". Seu colega de trabalho, o de jeito mineiro, complementa: "Se encontrarmos vocês novamente, apreenderemos todo o material fotográfico". (Na Reserva há repórteres e fotógrafos apenas das revistas *Veja*, *Isto É*, *Repórter Três* e do *Coojornal*).

Os índios querem explicação para a "ação de polícia" dos brigadianos. Reclamam que eles estão desarmados e os colonos não. Na estrada passa o caminhão levando a sétima família que abandona a Reserva. O plano dos índios: em um mês, retirar as 1.300 famílias que vivem na área. Algo aparentemente impossível, pois em termos relativos são seis agricultores para cada índio.

— Isto é muito difícil de se resolver. O Governo Federal não tem condições, não tem verba para reassentar toda essa gente em outro lugar. Não existe terra para isso. Em 1975, quando fizemos o levantamento, constatamos que apenas duas famílias estavam interessadas em serem transferidas para Mato Grosso. Mas exatamente as duas que não satisfaziam as condições. Um era refugiado da polícia e o outro era um velho de 70 anos que tinha casado com uma guria de 19. (Lídio Della Betta, da Funai).

Na segunda-feira, a situação mudou um pouco. Chegaram 120 policiais militares enviados de Passo Fundo. Os índios continuavam a cobrar os prazos dados aos colonos, mas agora vigiados mais de perto pelos brigadianos. Na terça-feira de manhã cedo ocorreu o primeiro incidente que todos estavam esperando desde o primeiro dia. Um agricultor reagiu contra um índio e o esfaqueou. Outros índios caíram sobre o colono armados com porretes de madeira e bateram até quase a morte.

O final da história não é lá muito difícil de se prever. E em parte já estava programado desde o levantamento feito em 76. Dos sete toldos indígenas do Rio Grande do Sul, que compreendem uma área de 51.190 hectares, um terço — 17.297 hectares — estava ocupado por colonos que antes não tinham terra para plantar. Pelo

menos a grande maioria deles, pois se sabe que existem algumas exceções que ninguém sabe explicar. É o caso, por exemplo, de um tal de Arthur Dall'Astra, que dizem possuir dois mil hectares sendo explorados dentro da Reserva de Nonoai, adquiridos ou arrendados não se sabe como nem em quais circunstâncias.

Pobres e ignorantes como os índios, a maioria dos colonos que invadiram as terras daqueles não praticaram propriamente uma invasão. Foram levados mais por interesse político que por interesse de resolver uma questão social, conduzidos por políticos da região que pressionavam funcionários da Funai e principalmente do organismo que antecedeu esta nas questões dos índios brasileiros. Na Polícia Federal existe um inquérito sobre a questão das terras dos índios no Rio Grande do Sul, que há quatro anos ainda estava em andamento.

Na região de Nonoai e Planalto, as pessoas mais responsáveis têm anotados os nomes de políticos que sabem envolvidos na transferência de agricultores para as terras dos indígenas. Há documentos envolvendo os deputados Cícero do Amaral Vianna e Fernando Gonçalves, da Arena e Ivo Srandel, Antônio Brezolin e Odacy Klein, do MDB, cujos nomes, juntos com o do futuro governador do estado, José Augusto Amaral de Souza, já foram mencionados na Imprensa de Porto Alegre.

Desde 1974, a pressão dos índios para reaver suas terras tem voltado periodicamente. A solução tem sido adiada. Porém, de tanto o assunto ser discutido, agora todos já sabem — índios e agricultores — que há, além de um problema social, um fato político. E os índios — que não votam — já fazem as contas: na Reserva, existem mil eleitores, 10% do número de eleitores inscritos no município de Planalto. E já sabem que, como em 76, quando o então vice-governador Amaral de Souza esteve na Reserva, discursando em favor do candidato a prefeito Genuir Salvão, este ano será de política e muitas promessas.

Retirar simplesmente 1.300 famílias de Nonoai e Planalto sem ter para onde levar não é possível. Para isso, seria necessário desapropriar e fazer reforma agrária em algum lugar do estado ou do Brasil. Então, soa sem resposta a pergunta de Dom José, bispo de Chapecó:

— Por que o Incra não desapropria uma área para este pessoal, já que para fins sociais, isto é possível?



Tênis kichute e uniforme de atleta: o guerreiro kaingangue